

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.721 - SP (2019/0306000-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO CARTÕES S.A
ADVOGADOS : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP012363
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES - SP132932
PAULA CRISTINA TRAVAIN - SP169151
ANAISA PASQUAL SALGADO CINTRA - SP345208
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON
PROCURADOR : CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - SP329155

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Banco Bradesco Cartões S.A. contra decisão que não admitiu recurso especial com amparo no óbice da Súmula 7 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 418):

APELAÇÃO. MULTA DO PROCON. AUTORA QUE COBROU SAQUE COM CARTÃO DE CRÉDITO FURTADO QUANDO O CONSUMIDOR POSSUÍA SEGURO CONTRA PERDA/FURTO/ROUBO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 20 DO CDC. AUTORA QUE COBROU ANUIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO DESBLOQUEADO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 39, INCISO V, DO CDC.

O dano é potencial, e não efetivo, de modo que somente a infração, por si só, já deve ser punida. Punição pelo Procon em valor superior a um milhão de reais que se mostra exagerada. Não há provas de reincidência e os problemas, perante os consumidores, foram prontamente solucionados. Penalidade que deve ser reduzida.

Reforma parcial da sentença.

RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 458-463).

Nas razões do especial, a parte insurgente alega violação dos arts. 355, 369, 370 e 373 do Código de Processo Civil (CPC/2015) e 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), sustentando que a produção de provas foi inviabilizada, o que acarretou o cerceamento do seu direito de defesa.

Aponta malferimento do art. 20, § 2º, 39, V, do CDC, uma vez que não

houve falha na prestação do serviço pela parte recorrente ou prejuízo algum ao consumidor. Desse modo, não se pode admitir a ocorrência de dano potencial.

Afirma que o consumidor solicitou o cartão de crédito e, portanto, a cobrança de anuidade não demonstra nenhum dano potencial que justifique a aplicação de multa.

Requer a diminuição da multa aplicada em razão da não observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade com esteio no art. 2º da Lei n. 9.784/99.

Sustenta a necessidade de reconhecimento da sucumbência parcial, uma vez que houve a redução da multa em respeito ao art. 86 do CPC/2015.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 1.142-1.149).

É o relatório.

Relativamente à ocorrência de cerceamento de defesa, o Tribunal de origem consignou que (e-STJ, fl. 420):

De fato, as provas, testemunhal e documental complementar, foram requeridas e indeferidas, contudo a justificativa para sua produção não é convincente, de modo que não ficou demonstrada a sua efetiva necessidade.

Da leitura do julgado combatido, deduz-se que a Corte local firmou orientação com base nas provas dos autos. Destarte, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias demandaria o reexame do acervo probatório dos autos, desiderato incompatível com a via especial, conforme teor da Súmula 7 do STJ.

Ademais, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar a necessidade desta. Assim, tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de prova, seja ela testemunhal, pericial ou documental.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. ART. 1022 DO CPC/2015. CONTRADIÇÃO. OFENSA NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM ANCORADO NO SUBSTRATO FÁTICO DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante ao tema da proporção dos honorários de sucumbência, não cabe falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/2015. Isso porque, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado - por exemplo, a incompatibilidade entre a fundamentação e o dispositivo da própria decisão. Em outras palavras, o parâmetro da contrariedade não pode ser externo, como outro acórdão, ato normativo ou prova.

2. No caso em exame, o dispositivo do acórdão embargado está em perfeita

consonância com a fundamentação que lhe antecede. Portanto, não há contradição interna a ser sanada.

3. Conforme a legislação de regência, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade. Assim, tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de prova, seja ela testemunhal, pericial ou documental.

4. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada nas razões recursais, de modo a se chegar à conclusão de que seria necessária a produção da prova pericial requerida pela parte agravante, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.224.070/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 4/10/2019)

No tocante à violação do art. 20 do CDC, a Corte local entendeu que o banco não conseguiu demonstrar que a cobrança lançada na fatura do consumidor era lícita.

Ademais, o recorrido é titular de seguro contra roubo/furto (e-STJ, fl. 421):

No mérito, em relação ao consumidor Rafael Vilar, que teve seu cartão de crédito furtado, há dúvida acerca da titularidade do saque com o cartão, isto porque, como bem ressalta a apelante, o saque somente pode ocorrer mediante o uso da senha pessoal e intransferível do titular do cartão.

Ademais, não há registro dos horários, tanto do furto/roubo do cartão quanto do saque, para que seja analisada a validade da informação.

Deste modo, não conseguiu comprovar o Banco que a cobrança lançada na fatura do consumidor era lícita.

Ademais, mesmo que lícita fosse, não poderia ali constar, pois o consumidor Rafael era titular de seguro contra furto/roubo, e por essa razão consagrou-se vencedor de ação judicial contra a autora recebendo o valor indevidamente lançado e danos morais em razão da ilicitude da cobrança.

Verifica-se, portanto, que houve infringência ao artigo 20, inciso III do CDC, e não é necessário que haja dano efetivo ao consumidor, como quer fazer crer o Banco. O dano é potencial, em razão do caráter social que se atribuiu a lei protetiva do consumidor no Brasil. (grifos acrescidos)

Da leitura do acórdão recorrido, deduz-se que o Colegiado regional, novamente, firmou seu entendimento com base nas provas dos autos, assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, em face do que preceitua a Súmula 7 do STJ.

Ademais, o aresto combatido encontra-se sedimentado na premissa de que, apesar de ter ficado comprovado que os consumidores fizeram a

solicitação do cartão, a anuidade somente poderia ser cobrada com o respectivo desbloqueio (e-STJ, fl. 421).

No entanto, a parte requerente não refuta esse argumento.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PELO ESTADO. ALERGIA À LACTOSE. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SUPOSTA OFENSA A DISPOSITIVO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 211/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. ALEGADA EXISTÊNCIA DE PROVAS NOS AUTOS PARA SUSTENTAR A PRETENSÃO INICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

[...]

5. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.367.651/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 3/12/2013)

No tocante ao valor da multa, a instância ordinária reformou, em parte, a sentença para reduzir o valor da multa (e-STJ, fl. 422):

O Procon fixou multa, pelas três infrações, acima de um milhão de reais, utilizando-se como critério o poder econômico da autora e a gravidade dos fatos.

Contudo, a meu ver, tal valor é exagerado.

As infrações não podem ser consideradas graves diante do contexto em que se deram e foram solucionadas, perante os consumidores, com êxito. Não há nos autos informação de reincidência. Deste modo, entendo que as infrações devem ser penalizadas com valor inferior ao arbitrado pelo PROCON, uma vez que tal já atinge o papel corretivo que se espera, sem que haja desproporcionalidade.

Desta forma, a sentença merece ser reformada em parte, apenas para que o valor da multa seja diminuído para R\$ 500.000,00 respeitando-se o critério da gravidade e do poder econômico do infrator.

Este Tribunal Superior admite a revisão da multa quando esta se releva

irrisória ou exorbitante, o que não é o caso dos autos. Desse modo, o reexame do posicionamento da Corte local implica, novamente, o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, providência inviável em recurso especial, de acordo com a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. MULTA APLICADA PELO PROCON. CONFIGURAÇÃO DE PROPAGANDA ENGANOSA. ALEGADA OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 22 E 63, V, D, DA LEI ESTADUAL 10.177/98. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, NA VIA ELEITA.

SÚMULA 280/STF. INFRINGÊNCIA AOS ARTS. 58 E 59 DO CDC. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

VIII. O entendimento firmado pelo Tribunal *a quo* - no sentido da configuração da propaganda enganosa, da regularidade do procedimento administrativo, bem como da razoabilidade e da proporcionalidade do valor da multa aplicada pelo PROCON - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

[...]

X. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.506.392/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 29/11/2019)

Por fim, a revisão do entendimento de sucumbência mínima requer a análise de provas dos autos. Incidência, novamente, da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator